

LAERTE COSTA SILVA

**PROJETO URBANÍSTICO E IMPACTOS HABITACIONAIS: O
CASO DA IMPLANTAÇÃO DO PARQUE DE MADUREIRA,
RIO DE JANEIRO.**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Política e Planejamento Urbano do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Especialista.

Orientadora: Profª Drª Maria Julieta Nunes

Rio de Janeiro

2012

FICHA CATALOGRÁFICA

LAERTE COSTA SILVA

**PROJETO URBANÍSTICO E IMPACTOS HABITACIONAIS: O
CASO DA IMPLANTAÇÃO DO PARQUE DE MADUREIRA,
RIO DE JANEIRO.**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Política e Planejamento Urbano do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Especialista.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Profª Drª Maria Julieta Nunes

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional- UFRJ

Prof Dr Mauro Kleiman

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional- UFRJ

DEDICATÓRIA

*Aos meus pais, Rosita Costa Silva e
Rosevaldo Silva. Palavras são
insuficientes para expressar o que sinto.*

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, pela vida, pela educação e apoio incondicional em todas as etapas de minha vida. Ao meu irmão, Fabiano Costa, pela fé depositada em mim. À minha prima, Daniele Costa, pelo acolhimento e carinho sempre. A todos de minha família, por serem a base de tudo em minha vida.

Ao IPPUR, pela oportunidade concedida a mim de fazer este curso, que tanto aprendizado me propiciou. A minha orientadora, Maria Julieta Nunes, pelo apoio e incentivo nesta pesquisa, desde o primeiro contato.

Aos funcionários do IPPUR pelo tratamento humano e amigável desde meu ingresso neste curso.

Aos companheiros de turma na especialização (turma 2011) pelos debates enriquecedores e pelo ambiente estimulante. Dentre estes, meu agradecimento especial para Priscylla Guerreiro, uma amiga para além dos muros da universidade; Jean Carlos Camargo, pelo exemplo de acadêmico preocupado com as mazelas sociais que assolam este país; Priscila Caetano e Gabriele Cardoso, pela amizade e força nos momentos decisivos compartilhados neste ano de 2011; Wallace Lopez, por compartilhar a elaboração de diversos trabalhos no curso e pelos momentos de descontração; Renato Cosentino e Fernando Machado, pelas informações disponibilizadas sobre o objeto desta pesquisa.

À Keiza Nunes, Cíntia Teodoro e Isabela Duarte, por compartilharem o momento de elaboração desta pesquisa comigo sempre com amizade e carinho, partilhando os desafios deste momento e de muitos outros.

À Alba Tereza Barroso de Castro (FSS/ UERJ), por todos os ensinamentos em minha iniciação científica no período 2008- 2011.

RESUMO

Este trabalho pretende analisar a implantação do Parque de Madureira, Rio de Janeiro, com enfoque em seus impactos habitacionais. Privilegiou-se uma abordagem do espaço em suas relações temporais e escalares. O trabalho traz informações sobre o projeto, suas relações com o entorno e a história do bairro de Madureira. Este estudo de caso demonstra a complexidade da implantação de grandes empreendimentos urbanísticos nas cidades contemporâneas.

Palavras- Chave: Parque Urbano, Impactos Habitacionais, Valorização Imobiliária, bairro.

ABSTRACT

This work intends to analyze the implementation of the Park of Madureira, Rio de Janeiro, focusing on its impact housing. Favoredan approach in its relations of space and time scalar. The work provides information about the project, its relations with the surroundings and the history of Madureira neighborhood. This case study demonstrates the complexity of deploying large urban developments in contemporary cities.

Keywords: Urban Park, Impact Housing, Real Estate Valuation,neighborhood.

SUMÁRIO

1. Introdução-----	9
2. A INSERÇÃO DO EMPREENDIMENTO NO CONTEXTO DO BAIRRO DE MADUREIRA -----	11
2.1 A INSERÇÃO DO PROJETO PARQUE DE MADUREIRA NO CONTEXTO LOCAL -----	11
2.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A RELAÇÃO DO PROJETO PARQUE DE MADUREIRA E A GESTÃO URBANA DO RIO DE JANEIRO-----	18
2.3 CONSIDERAÇÕES ACERCA DO PROCESSO DE FORMAÇÃO DO BAIRRO DE MADUREIRA-----	23
3 PARQUE DE MADUREIRA E IMPACTOS HABITACIONAIS-----	33
3.1 O PROCESSO DE DESAPROPRIAÇÃO/ REMOÇÃO DE MORADORES PARA A CONSTRUÇÃO DO PARQUE DE MADUREIRA-----	33
3.2 PARQUE DE MADUREIRA E VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA: ALGUNS APONTAMENTOS-----	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS-----	45
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS-----	47

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho representa o produto de pesquisa desenvolvida no curso de especialização em Política e Planejamento Urbano oferecido pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/ UFRJ) durante o ano de 2011.

O interesse por esta pesquisa, no entanto, é anterior a inserção do autor neste curso. As primeiras aparições na mídia do Projeto Parque de Madureira despertaram-me curiosidade sobre seus impactos positivos e negativos, embora os discursos midiáticos e do poder público ressaltassem apenas os primeiros.

Minha posição, como morador do bairro, embora não afetado diretamente pela remoção, tornou-me próximo a este objeto de pesquisa e a aprovação para este curso de especialização foi a oportunidade esperada para desenvolver esta pesquisa, aproveitando-me do aprendizado propiciado pelo referido instituto de diversas formas.

A relevância deste trabalho consiste, portanto, em uma abordagem para além dos discursos oficiais e/ ou midiáticos, que aborde o problema numa perspectiva de totalidade, com ênfase no registro dos impactos habitacionais promovidos pela construção deste parque (o que geralmente não aparece nos discursos oficiais/ midiáticos).

Além disso, como o parque está em processo de construção e sua efetivação ocorrerá após o término desta monografia, pretende-se contribuir para outros estudos realizados após sua implantação.

Os procedimentos metodológicos utilizados basearam-se em informações disponibilizadas pelo poder público municipal, em específico, as Secretarias Municipais de Urbanismo e de Habitação. Utilizou-se ainda de trabalho de campo no local das obras do Parque de Madureira. O início efetivo desta pesquisa ocorreu quando a maior parte dos moradores já havia sido removida, o que atrapalhou a possibilidade de realização de entrevistas com os mesmos, no entanto, tive contato com moradores remanescentes junto à área do futuro parque, assim como com alguns já removidos, mas que trabalham atualmente junto ao local.

Recorri também ao vídeo *“Realengo, aquele desabafo”*, produzido pelo Observatório das Metrôpoles, para conhecer os resultados do reassentamento de alguns moradores removidos para as obras do parque no bairro da Zona Oeste da cidade (Realengo). Levantamento bibliográfico e leitura permearam este estudo em todos os momentos de sua realização.

Pretende-se, assim, analisar os impactos habitacionais provocados pela implantação do projeto Parque de Madureira, considerando a implantação do mesmo em sua complexidade, através da análise do contexto local, do significado do projeto na gestão urbana da cidade do Rio de Janeiro (e em escala maior, como a gestão da cidade capitalista contemporânea pode ser visualizada neste projeto) e do processo histórico do local impactado pelo empreendimento.

O primeiro capítulo deste trabalho apresenta o projeto Parque de Madureira, as justificativas para sua implementação, assim como sua inserção no contexto local. Um item aborda as relações deste empreendimento com a gestão urbana da cidade do Rio de Janeiro, de modo a relacionar com o planejamento urbano da mesma. Há ainda um item que trata do processo histórico do local, pois a dimensão temporal não deve se desprezada em estudos verdadeiramente geográficos (Santos, 1985).

O segundo capítulo da monografia aborda os impactos habitacionais do projeto, o processo de desapropriações e negociações com os moradores removidos e o impacto na vida daqueles reassentados em Realengo. Também problematiza-se, em nível de previsão, a possível valorização imobiliária promovida pela implantação do projeto no bairro de Madureira e adjacências.

2. A INSERÇÃO DO EMPREENDIMENTO NO CONTEXTO DO BAIRRO DE MADUREIRA.

2.1 A INSERÇÃO DO PROJETO PARQUE DE MADUREIRA NO CONTEXTO LOCAL.

O empreendimento Parque de Madureira, de responsabilidade do poder público municipal, através da Secretaria Municipal de Urbanismo e executado pelo Escritório Sérgio Santana¹, localizar-se-á principalmente no bairro de mesmo nome e em bairros vizinhos, como Oswaldo Cruz, Bento Ribeiro, Turiacu e Rocha Miranda, no subúrbio da cidade do Rio de Janeiro.

De acordo com informações da Secretaria Municipal de Urbanismo, o Parque de Madureira insere-se no *Programa Fronteira Norte* da Gerência de Projetos 3 e é parte de uma série de propostas de intervenção na faixa da LIGHT. Esta faixa torna-se disponível em função da compactação da rede de alta tensão, liberando terrenos que se estendem desde o centro de Madureira até o município de Nova Iguaçu, região de intensa ocupação. O projeto explora a oportunidade de criação de uma extensa área de lazer que servirá a um conjunto de bairros carentes de espaços públicos na Zona Norte da cidade.

O Parque Madureira contará com mais de 40.000 m², entre as ruas Lindóia (extensão), Pereira Leitão, Guarapari (extensão) e a linha auxiliar da Super Via.

De acordo com a Prefeitura do Rio de Janeiro (D.O.M. 03/11/2010), a duração prevista de implantação deste projeto é de 18 meses e seu início ocorreu em janeiro de 2011(espera-se, portanto, que o mesmo esteja

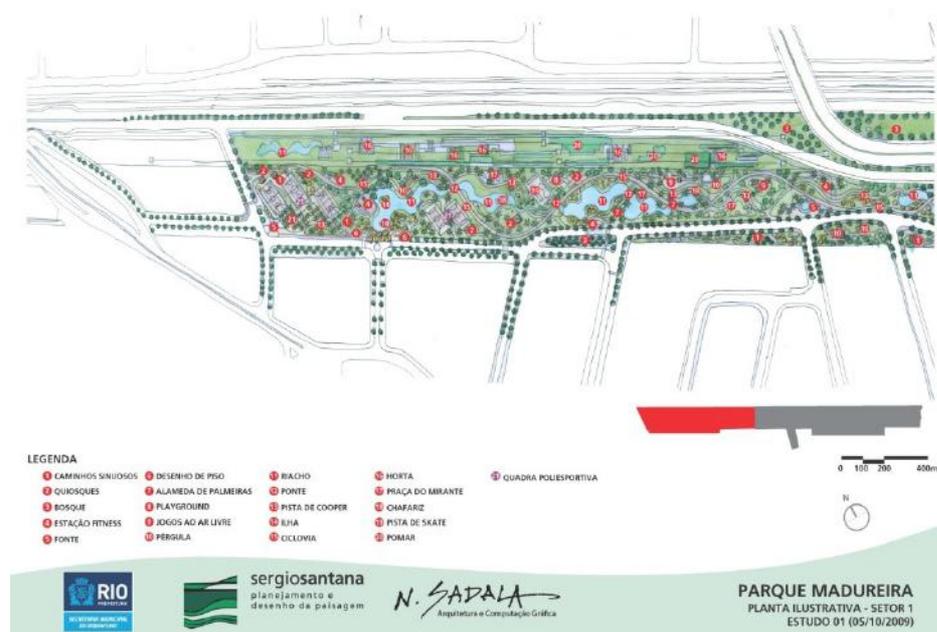
¹ <http://www.sergiosantana.com.br/>

finalizado até Junho de 2012). Segundo informações desta fonte, será a terceira maior área verde de lazer da cidade do Rio de Janeiro, compreendendo 13 mil metros quadrados, atrás apenas do Aterro do Flamengo (Flamengo) e da Quinta da Boa Vista (São Cristóvão), correspondendo a um orçamento de R\$ 67 milhões de reais, incluindo R\$ 20 milhões para compactação de terreno da empresa de energia elétrica Light.

Os seguintes equipamentos vão compor o parque, de acordo com dados oficiais, publicados no diário oficial do município do Rio de Janeiro no dia 03 de novembro de 2010.

- Praça do Conhecimento (900 metros quadrados)
- Praça do Samba (1520 metros quadrados)
- Pista de Skate (423 metros quadrados)
- Estação Fitness (353 metros quadrados)
- Parque Infantil (balanço, escorrega, gangorra), 899 metros quadrados
- Ciclovia (3500 metros quadrados)
- Anfiteatro (2112 metros quadrados)
- Pavimentação de Calçadas (8625 metros quadrados)
- Pavimentação Asfáltica (29820 metros quadrados)
- Passeios e Caminhos (13191 metros quadrados)
- Concregrama- revestimento especial de concreto e grama para estacionamento- (8260 metros quadrados)
- Quiosques- 24 coretos- (575 metros quadrados)
- Deck de Madeira (1128 metros quadrados)

Figura 1- Projeto do Parque (SMU/ Rio)



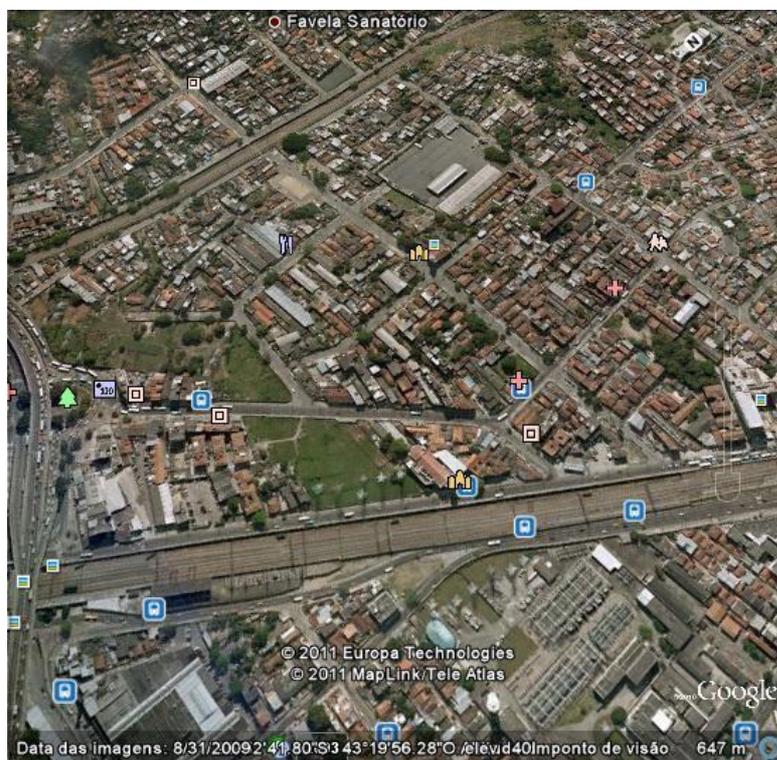
Fonte: Secretaria Municipal de Urbanismo.

A localização do futuro parque será adjacente à linha ferroviária auxiliar Ramal Belford Roxo, conforme ilustra a figura 2. Este local possui as torres de transmissão de energia da Light (Empresa de Energia Elétrica). Para implantar o parque foi necessário compactar o terreno, o que teve um custo de R\$ 20 milhões, conforme já mencionado.

A área citada também era utilizada para habitação e agricultura (hortas urbanas). A favela Vila das Torres vem sendo removida para viabilizar o projeto do parque. De acordo com dados do Censo Demográfico de 2000, tal favela possuía 579 moradores e 169 domicílios no ano citado. O censo demográfico de 2010 já registra uma redução para 92 domicílios e 287 moradores. Especialmente, um levantamento do IPP (Instituto Pereira

Passos)² indica que a favela possuía 18.840 metros quadrados em 2008 e apenas 11.357 em 2010, o que ilustra as remoções iniciadas em 2009 para a construção do parque.

Figura 2- Área onde o Parque de Madureira irá instalar-se.



Fonte: Google Earth, 18/11/2011.

Figura 3- Andamento das obras do Parque de Madureira.

2 IPP- DIC- Gerência de Cartografia, Levantamento Aerofotogramétrico 2009 e 2010, Imagem de Satélite 2008 e SABREN- Sistema de Assentamentos de Baixa Renda, 2011.



Fonte: trabalho de campo (24 de março de 2012)

Com base na figura acima, pode-se afirmar que a área verde que se destaca junto à estação, contendo as torres de transmissão de energia da Light, será destinada ao Parque de Madureira.

Localizar o empreendimento no espaço e descrevê-lo são procedimentos ainda insuficientes para analisá-lo. É preciso considerar o contexto social do local a ser impactado pelo mesmo, sua formação histórica (o que será exposto no item seguinte deste trabalho), além de analisar criticamente a inserção do mesmo na gestão urbana contemporânea.

Quanto ao contexto local, é possível afirmar que Madureira e bairros adjacentes formam uma região relativamente carente de equipamentos de amenidades/ lazer, o que resulta (também) da atuação desigual do Estado, que dota de melhores serviços as zonas mais abastadas da cidade e negligencia os bairros que abrigam a população mais pobre.

Neste sentido, Corrêa (2005, p. 168) destaca que os diversos ambientes recebem tratamento diferenciado por parte do Estado, pois este não vê a cidade como uma área passível de ações espacialmente homogêneas. Ao contrário, percebe claramente as diferenças e age de modo diferenciado nos

diversos ambientes, movido pelos grupos sociais que se apoderaram de seu aparelho, mas também pelas lutas sociais.

O reflexo disso, para este último autor, é que a limpeza constante das ruas, a rede de esgoto, as melhores escolas públicas e hospitais localizam-se nos bairros privilegiados, onde a renda monetária de seus habitantes torna-se ampliada pelos investimentos públicos.

Os ambientes da metrópole são, portanto:

“Objeto de significados e práticas distintos, parte integrante de uma sociedade de classes, que não pode permitir cidadania plena a todos os seus membros. Cidadania desigual que se traduz em ambientes desiguais”. (CORRÊA, 2005, p. 169)

Seguindo esta tradição, o bairro de Madureira carece de espaços de lazer e de equipamentos necessários ao seu bom funcionamento. Com a exceção da Praça do Patriarca que foi totalmente remodelada pelo Projeto Rio Cidade 2 e a Praça dos Lavradores (inaugurada em 1996), as outras praças carecem de medidas que possibilitem sua integração com o tecido urbano e a interconectividade com os demais espaços livres do bairro, tais como Praça Magno, Praça Inácio do Couto, Largo São Luiz Gonzaga, Praça Armando Cruz, Largo do Otaviano, Praça Barbara de Oliveira (Vieira, 2008, p. 159).

Esta escassez de espaços livres de lazer, com a necessária conservação e manutenção, afeta a qualidade de vida dos moradores do bairro e proximidades, pois o lazer é um direito garantido na Constituição de 1988 e representa uma das justificativas apresentadas pelos agentes públicos responsáveis pela implantação do Parque de Madureira. Informações da Secretaria Municipal de Urbanismo apontam que atualmente a relação entre as áreas de praça e parque por habitante no entorno do parque, definido, de acordo com metodologia adotada pelo próprio órgão como Rocha Miranda, Turiaçu, Bento Ribeiro e Oswaldo Cruz, além do próprio bairro de Madureira, é de 0,1 m² por habitante. Com a construção do parque, tal relação aumentará para 1,00 m²/ hab.

Outra justificativa utilizada é a necessidade de aumentar o índice de áreas naturais por metro quadrado. De acordo com dados do Instituto Pereira Passos³, a Região Administrativa de Madureira (região XV), que engloba o bairro de Madureira, os outros quatro bairros do entorno do parque já citados, além de outros nove (Bento Ribeiro, Campinho, Cascadura, Cavalcanti, Engenheiro Leal, Honório Gurgel, Marechal Hermes, Quintino Bocaiúva, Vaz Lobo) é a 22º região em proporção de áreas naturais, num total de 33, com apenas 2,60%. No ranking de bairros, Madureira encontra-se em 120º num total de 159 bairros com apenas 0,07% de áreas naturais.

Quanto à situação socioeconômica na região administrativa, dados do Instituto Pereira Passos (IPP) demonstram que 65,63% (62.654 num total de 113.262) dos responsáveis por domicílios permanentes recebiam até 5 salários mínimos no ano de 2000, o que demonstra o predomínio dos extratos C, D e E de renda.

No Índice de Desenvolvimento Humano, que mede o desenvolvimento humano, com base em indicadores de escolaridade, longevidade e renda, a região administrativa de Madureira obteve 0,83 numa escala de 0 a 1, posicionando-se assim em 15º entre as 33 listadas pelo Instituto Pereira Passos (IPP).

Analisar a implantação de um parque urbano requer a compreensão do perfil dos futuros usuários, não apenas para prever sua apropriação, como também para entender os impactos de sua instalação, como o que se pretende neste trabalho.

Assim, percebe-se claramente o impacto da construção deste parque sobre parcela significativa da população mais pobre do bairro, visto que a favela Vila das Torres precisou ser removida para viabilizar o empreendimento. Não é difícil prever a valorização imobiliária promovida pelo mesmo e a atração de moradores mais favorecidos economicamente em

³ Dados disponíveis em: http://portalgeo.rio.rj.gov.br/bairros Cariocas/index_ra.htm.

relação aos que foram removidos, conforme será analisado mais detalhadamente no próximo capítulo deste trabalho.

Deste modo, é possível identificar um dilema neste projeto, pois, embora a implantação de áreas de lazer e equipamentos de amenidades seja importante em bairros suburbanos, como Madureira, com poucas opções de lazer disponíveis para seus moradores, como resultado da ação historicamente desigual do Estado, conforme tratado neste item deve-se indagar para quem diretamente o parque será construído. O dado de que parte da área ao redor do parque destina-se para construção de prédios associado ao fato de que parte dos moradores removidos foi realocada no bairro de Realengo, através do Programa Habitacional Minha Casa, Minha Vida, do Governo Federal certamente indica a resposta, embora seja necessário considerar a complexidade da questão e o fato de que o parque, de fato, irá beneficiar uma grande quantidade de moradores e não apenas os do entorno imediato.

Deve-se registrar que o parque de Madureira não é um fato isolado, articula-se a um contexto específico da cidade do Rio de Janeiro e, numa escala maior, ilustra tendências da gestão urbana contemporânea, conforme será anotado no próximo item deste trabalho.

2.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A RELAÇÃO DO PROJETO PARQUE DE MADUREIRA E A GESTÃO URBANA DO RIO DE JANEIRO.

A inserção deste item na monografia tem como objetivo compreender a inserção do Projeto Parque de Madureira no contexto atual da cidade do Rio de Janeiro e destacar, de modo geral, sua relação com tendências da gestão urbana contemporânea. Destaco ainda a necessidade deste registro para o trabalho de conclusão de um curso em Política e Planejamento Urbano.

Além disso, é preciso anotar que este empreendimento não representa uma grande obra isolada na cidade do Rio de Janeiro. O contexto atual do

planejamento urbano da cidade marca-se em preparar a cidade para os Mega-Eventos de 2014 e 2016, respectivamente, a Copa do Mundo de Futebol e as Olimpíadas.

Neste sentido, muitas obras estão sendo realizadas, como a construção do Parque Olímpico (Zona Oeste da cidade), reforma do Estádio Mário Filho (Maracanã), construção das BRTs (corredores de ônibus articulados com o objetivo de facilitar a integração da cidade e o acesso aos locais dos jogos olímpicos) e promovem desapropriações por toda a cidade.

As remoções ganharam repercussão internacional, os Comitês Populares da Copa e das Olimpíadas denunciam o não-cumprimento dos direitos humanos e à legislação internacional, a ONU (Organização das Nações Unidas) relatou as remoções ilegais no ano passado e diversos jornais estrangeiros, como *The New York Times* (EUA), *El País* e *The Guardian* (Inglaterra) registraram a ocorrência. Segundo matéria publicada no jornal norte-americano *New York Times*⁴, o número de pessoas ameaçadas de remoção em todo o Brasil chega a 170 mil, somente para a instalação do Parque Olímpico, 900 famílias estão em processo de desapropriação (Globo, 20/8/2011⁵).

Estes fatos elucidam a importância dada aos Mega-Eventos, como jogos e espetáculos, que guiam o planejamento das cidades contemporâneas, pensado a curto prazo. David Harvey (1996) caracteriza as cidades no contexto atual a partir do processo de *empresariamento urbano*⁶, em que há

4 Reportagem disponível em: http://www.nytimes.com/2012/03/05/world/americas/brazil-faces-obstacles-in-preparations-for-rio-olympics.html?_r=4&sq=rio%20de%20janeiro&st=cse&scp=2&pagewanted=all

5 Reportagem disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2011/08/remocao-de-familias-para-obras-da-copa-e-das-olimpiadas-gera-polemica.html>

6 Em linhas gerais, para o referido autor, o termo refere-se ao processo que permeia as cidades a partir das décadas de 1970 e 1980, em que a crise capitalista da década de 1970, a reestruturação produtiva fizeram com que as administrações urbanas precisassem

grande ênfase em ações especulativas e efêmeras de modo a enfatizar o turismo, grandes eventos como “remédios favoritos para as economias urbanas moribundas” (p. 59).

De acordo com as entrevistas realizadas na Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU/ Rio) pelo autor deste trabalho, o surgimento da ideia do Projeto do Parque de Madureira é anterior ao fato da cidade ter sido escolhida como sede das Olimpíadas de 2016 e do país ter confirmado-se como sede da próxima Copa do Mundo de Futebol e mesmo da atual gestão (do prefeito Eduardo Paes⁷, iniciada em 2009). No entanto, sabe-se que a construção de uma nova área de lazer na cidade inevitavelmente será apropriada por esta lógica, já que certamente atrairá turismo para a região.

É de suma importância, portanto, compreender este contexto de inserção do parque estudado, que, na verdade, permeia a gestão da cidade capitalista contemporânea.

A parceria da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro com a empresa de energia elétrica Light para a implantação do Parque de Madureira, viabilizado pela compactação das torres de energia elétrica ilustra uma característica central do processo de *empresariamento urbano* que é a “parceria público-privada” (Harvey, 1996, p. 52). O objetivo político e econômico da parceria é, segundo o autor, muito mais o desenvolvimento econômico e investimentos através de empreendimentos imobiliários pontuais e especulativos do que a melhoria das condições em um âmbito específico (p.53).

Vale ressaltar neste momento que o Parque de Madureira articula-se à extensão da Avenida Via Light (via de circulação interna entre Nova Iguaçu e

adotar novas medidas para atrair investimentos, agindo em parcerias público-privadas numa gestão que enfatiza mais o caráter local do que o território e está sujeito a todos os riscos oriundos de (ausência/ escassez de) investimentos privados.

7 Prefeito da cidade do Rio de Janeiro, com mandato iniciado em 2009, do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro).

Pavuna) até o centro de Madureira. A parceria com a prefeitura do Rio de Janeiro, em ambos os projetos, é utilizado pela empresa como *marketing* em sua página na internet⁸ e englobado como alguns de seus projetos na área de planejamento urbano:

“O projeto de expansão da Via Light prevê ainda a criação de um parque arborizado em Madureira com área de recreação em um espaço de dois quilômetros por 80 metros de largura, que será a maior área de lazer a céu aberto da Zona Norte, além da construção de residências. O objetivo do projeto é promover o progresso da região, melhorando o relacionamento com a comunidade”. (Disponível no site da Empresa de Energia Elétrica Light).

O empreendimento Parque de Madureira está registrado no novo Plano Diretor da cidade do Rio de Janeiro⁹: “implantação do Parque de Madureira, na área remanescente da compactação das linhas de transmissão da Light, com melhoria da infraestrutura de transportes, habitação, qualificação do comércio informal e incentivo a investimentos imobiliários” (Rio de Janeiro, 2011, p. 130).

É possível perceber no plano a articulação do empreendimento com outras intervenções urbanísticas no bairro, como a Transcarioca¹⁰, a extensão da Via Light e o incentivo a empreendimentos imobiliários, como na área

8 http://www.light.com.br/institutolight/eixos_atuacao/urbano.asp?mid=86879428722872287226

9 Lei Complementar n.º 111 de 1º de fevereiro de 2011. Dispõe sobre a Política Urbana e Ambiental do Município, institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro e dá outras providências. Autor: Poder Executivo

10 Um dos corredores de ônibus do conjunto BRT. Este pretende interligar o Aeroporto Tom Jobim ao Parque Olímpico da cidade do Rio de Janeiro.

circundante do próprio Parque de Madureira, conforme previsto em projeto original, tema que será tratado mais detalhadamente no próximo capítulo.

Deve-se registrar também que o bairro de Madureira encontra-se na macrozona de ocupação incentivada, onde se pretende promover a regularização fundiária, urbanização de favelas, e promoção/ criação de áreas verdes, espaços para recreação, esporte, lazer e atividades culturais. O Parque de Madureira é uma das medidas para concretizar esta última diretriz.

A criação de áreas verdes nas cidades atuais encontra amparo na idéia de sustentabilidade. De acordo com Limonad (2010), a ambientalização do discurso do planejamento tem origem na emergência dos conflitos sociais em diversas partes do mundo associados à apropriação e gestão dos recursos naturais, o que inclui disputas por terras férteis, água potável ou fontes de combustíveis, embora a concepção de desenvolvimento sustentável elaborada pelo Relatório Brundtland, em 1987, contexto de plena expansão do neoliberalismo em escala mundial, tenha extirpado o caráter dos conflitos sociais que lhe deram origem, o que alimentou correntes ambientalistas de inspiração neomalthusiana. Estas, em nome de uma escassez dos recursos naturais defendem exclusivamente a natureza em detrimento das questões sociais. Em decorrência do êxito do desenvolvimento sustentável como ferramenta de legitimação de práticas urbanas neoliberais, tornaram-se comuns práticas como o Programa de Cidades Sustentáveis (SCP) das Nações Unidas. Para Acselrad (1999, p. 85), a idéia de sustentabilidade, neste contexto, é aplicada às condições de reprodução de legitimidade das políticas urbanas.

Subjaz a esta discussão a associação entre a sustentabilidade e a competitividade das cidades. De acordo com Sanches (2010, p. 392), a sustentabilidade de projetos e obras passa a ser promovida como mais uma condição para a competitividade da cidade, vista, assim, como uma plataforma de oportunidades de investimento e um atributo adicional para a venda das cidades (p. 396).

Exemplo disso foi a participação do atual prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, em importante evento internacional sobre tecnologia e

inovação Conferência TED (Technology, Entertainment and Design) realizada na Califórnia em fevereiro de 2012. O prefeito foi convidado a proferir um discurso sobre a “cidade do futuro” e apresentou o caso da cidade do Rio de Janeiro. Em sua explanação, o Parque de Madureira foi utilizado como o grande ícone de cidade sustentável a partir da ênfase na importância de espaços abertos e verdes aos prédios das grandes cidades:

“Em um dos bairros mais quentes do Rio, Madureira, no coração do subúrbio carioca estamos construindo um corredor verde, um enorme parque onde as pessoas poderão se reunir, um lugar de encontro que terá um impacto gigantesco no bem estar dos moradores. O Parque de Madureira vai representar uma diminuição de três graus na temperatura daquela região (...) a cidade do futuro precisa pensar verde” (Discurso do prefeito da cidade do Rio de Janeiro no TED em 29 de fevereiro de 2012¹¹)

Certamente, a idéia de sustentabilidade adjacente ao empreendimento é apresentada com o objetivo de atrair investimentos e reproduzir o capital. Tal noção parece constituir apenas parte de um esforço mais amplo de configurar um novo padrão de regulação urbana capaz de agir duravelmente na dinâmica reprodutiva a própria desigualdade constitutiva das cidades em que convivem a marginalidade avançada e o rentismo urbano. Trata-se de, em meio a crise urbana, reproduzir a cidade compatível com a acumulação flexível (ACSELRAD, 2004, p. 29).

No próximo item pretende-se resgatar a dimensão temporal da região impactada pelo empreendimento Parque de Madureira, de modo a compreender melhor o contexto social do bairro, assim como sua inserção na cidade.

11 Vídeo disponível em: <http://vimeo.com/37712209>

2.3 CONSIDERAÇÕES ACERCA DO PROCESSO DE FORMAÇÃO DO BAIRRO DE MADUREIRA.

O bairro de Madureira certamente destaca-se no contexto da cidade do Rio de Janeiro, sobretudo do subúrbio carioca. Apresentado em diversos estudos (BERNARDES, 1990; DUARTE, 2005; VIEIRA, 2008, dentre outros) como um subcentro deste município, o mesmo marca-se pela dinâmica comercial intensa, acessibilidade no que concerne aos transportes públicos (DUARTE, 2005) e identidade cultural marcante, ligada, sobretudo, às escolas de samba existentes no local¹².

Entender a implantação do Parque de Madureira requer a compreensão do processo histórico do bairro. De acordo Santos (1985, p. 50), para se estudar a organização espacial em sua totalidade é preciso integrar a análise da *forma, função, estrutura e processo*¹³. Este último, relativo à dimensão do tempo histórico, proporciona uma compreensão evolutiva da organização espacial. Para o autor, o processo é uma propriedade fundamental na relação entre forma, estrutura e função, pois é ele que indica o movimento do passado ao presente. Então, “jamais devemos arrumar uma desculpa para examinar os atuais fenômenos espaciais fora do contexto de tempo e da periodização histórica” (SANTOS, 1985, p. 57).

Assim, este item pretende resgatar o histórico da região de implantação do Parque de Madureira, sobretudo do bairro de mesmo nome, para viabilizar uma análise verdadeiramente geográfica, que não despreze a dimensão temporal, conforme indicado por Santos (1985).

12 Dentre elas, destacam-se Grêmio Recreativo Escola de Samba *Portela* e Grêmio Recreativo Escola de Samba *Império Serrano*.

13 Para o autor, *forma* é o aspecto visível de uma coisa. Refere-se, ademais, ao arranjo ordenado de objetos, a um padrão; *função* sugere uma tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa; *estrutura* implica a inte-relação de todas as partes de um todo e *processo* define-se como uma ação contínua, desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade e mudança).

De acordo com Fraiha e Lobo (1998, p. 33), a área correspondente ao atual bairro de Madureira é parte do que outrora chamou-se freguesia de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá, corruptela do termo tupi *Yra- Yá*, ou o “lugar onde brota o mel”. Criada em 1647, esta freguesia compreendia boa parte do que antigamente poderia chamar-se sertão carioca, na antiga sesmaria concedida inicialmente a Antônio de França, em 1568. Até a primeira metade do século XVIII, tais terras foram concedidas pela coroa a diversos sesmeiros, sendo desmembradas em fazendas menores. Neste longo período, a produção das vastas lavouras movimentou os portos dos rios Meriti e Pavuna, por onde passavam faluas carregadas com açúcar e aguardente.

Este recôncavo foi cortado por caminhos abertos pelas tropas de muares que passavam constantemente pela região. De acordo com Duarte (2005, p. 204), a região de Madureira- Cascadura já possuía desde os primórdios do uso do solo carioca uma localização privilegiada, situando-se em um local de passagem obrigatória para todos aqueles que desejassem deslocar-se da atual Zona Oeste para a urbe. Além disso, a localização nas proximidades do colo de flanco de Madureira- Largo do Tanque¹⁴ tornava esta região um afluente de boa parte da produção rural a ser encaminhada para o abastecimento das freguesias urbanas.

As terras correspondentes ao atual bairro de Madureira eram destinadas principalmente ao engenho da cana-de-açúcar, embora desenvolvesse também a cultura do milho, mandioca e feijão, além de uma pequena criação de animal. Os movimentos pelos sertões fluminenses garantiram ainda o surgimento de uma discreta indústria, representada por olarias e fundições (FRAIHA & LOBO, 1998, p. 34).

O local onde hoje está o bairro de Madureira era parte da Fazenda de Campinho, concedida a Dona Maria de Oliveira em 1617. Em 1800, a mesma passou às mãos do capitão Francisco Inácio do Canto.

14 No período da colonização, o único corredor de acesso entre a Baixada da Guanabara e a Baixada de Jacarepaguá (Duarte, 2005, p. 204)

No vale do Rio das Pedras, mais a oeste da Freguesia do Irajá, situava-se a fazenda do português Miguel Gonçalves Portela- um grande engenho de cana de açúcar que produzia aguardente e rapadura. Conhecido como Engenho do Portela, a região passaria a chamar-se, já no século XVIII, Fazenda do Portela.

Este engenho fazia limite com a propriedade de Lourenço Madureira, cujo nome seria escolhido para batizar o futuro bairro.

Lourenço Madureira foi um boiadeiro que estabeleceu ali uma roça de mandioca e milho, fazendo prosperar as terras que arrendou do Capitão Inácio do Canto, o detentor da Fazenda do Campinho. Lourenço conquistou o respeito e a admiração da população local pelo grande desenvolvimento que levou para a região.

A fama do boiadeiro cresceu ainda mais depois da disputa judicial que teve com a viúva de Inácio do Canto, Dona Rosa Maria dos Santos, que fez de Lourenço o primeiro protagonista de um processo legal por posse de terras no Rio de Janeiro, conquistando ainda mais simpatia popular.

A fazenda de Lourenço Madureira, que mais tarde dera origem a Madureira, fora dividida em muitas glebas situadas entre os Engenhos do Portela e o Engenho de Fora (FRAIHA & LOBO, 1998, p. 36).

Em 1893¹⁵ foi inaugurada a estação de trem de Madureira e, em 1898, a estação de Magno¹⁶ da Estrada de Ferro Melhoramentos do Brasil, localizada a apenas quatrocentos metros da primeira. Este fato geraria importante interferência a favor do bairro, quanto às condições de acessibilidade e centralidade, ainda que seu efeito não tenha sido imediato nem resultante exclusivamente do trem (DUARTE, 2005, p. 205).

15 Sob a administração municipal de Ricardo de Albuquerque (Fraiha & Lobo, 1998, p. 36)

16 Em homenagem ao engenheiro Alfredo Magno de Carvalho (Fraiha & Lobo, 1998, p. 36)

Estes acontecimentos fizeram do bairro o principal centro para comerciantes e lavradores da redondeza. Neste período, Madureira passou a ser servida também pelo bonde puxado a burro, o que durou até 1929 quando a eletricidade chegou à linha que ia até Irajá (FRAIHA & LOBO, 1998, p. 41).

Entretanto, a ocupação do bairro por moradores de outras regiões da cidade- sobretudo habitantes pobres oriundos do Centro remodelado pelo prefeito Pereira Passos (1902- 1906)

O ano de 1937 marcou a eletrificação dos trens suburbanos da Central, inaugurada pessoalmente pelo presidente Getúlio Vargas. Madureira, então, consagra-se como a “capital do subúrbio” carioca, destaque merecido que mantém até os dias atuais, não apenas em função de sua posição geográfica privilegiada, como também pelo comércio e transporte abundantes e marcantes tradições culturais (FRAIHA & LOBO, 1998, p. 41)

Duarte (2004, p. 208) afirma que na década de 1930 o bairro de Madureira já podia ser considerado um subcentro funcional da cidade do Rio de Janeiro, devido a um conjunto de condições relativas ao comércio e serviços no bairro. Consultando a revista Rio Ilustrado de 1937, o autor quantifica em 1200 o número de estabelecimentos comerciais existentes neste bairro naquele ano, contando com filiais de importantes estabelecimentos existentes na área central, como Casas Pernambucanas, Correia Leite (loja de tintas), Casa Diamante (móveis, colchões e tapetes), além de já ter desenvolvido importantes funções no setor de serviços, como saúde (Instituto Clínico de Madureira, inaugurado em 1932 e considerado em 1937, a maior organização hospitalar dos subúrbios cariocas e setor de cultura, lazer expressivo para os padrões da época, com dois cinemas (Alfa e Beija- Flor, este último inaugurado em 1904, sendo o primeiro do bairro) e dois clubes de futebol (Madureira Atlético Clube e Magno Futebol Clube).

Vale mencionar aqui que as cidades são pontos de concentração e convergem diversos fluxos comerciais, financeiros, sociais, administrativos e outros e toda centralidade possui uma escala de atuação, que pode variar de bairros até a escala mundial (DUARTE, 1974, p. 53/54)

O setor terciário (comércio e serviços) é definidor da centralidade funcional e provocam fluxos de diferentes partes da cidade, no entanto, embora prestem serviços indispensáveis à população não representam o único gerador de fluxos na cidade

Ressalve-se, entretanto, que os equipamentos de lazer registrados eram ínfimos se comparado aos existentes nas áreas mais valorizadas da cidade, problema que se estende até os dias atuais, conforme problematizado no item anterior deste capítulo.

Para Abreu (2008, p. 82), desde a década de 1920 estavam lançadas as bases para a cristalização da forma dicotômica assumida pela Área Metropolitana do Rio de Janeiro: núcleo bem servido de infra- estrutura, onde a ação pública faz-se presente com grande intensidade e periferia carente dessa mesma infra- estrutura, que servia de local de moradia às populações mais pobres. Tal carência caracterizava, inclusive, o próprio transporte ferroviário, fundamental para a própria reprodução da força de trabalho.

Para este autor, o período 1906- 1930 caracteriza-se por forte expansão do tecido urbano a partir de dois importantes vetores: de um lado, a intensificação da ocupação das zonas sul e norte pelas classes média e alta, enquanto os subúrbios cariocas e fluminenses solidificam-se como local de residência do proletariado. A ocupação dos subúrbios, portanto, ao contrário das áreas mais valorizadas, ocorreu praticamente sem apoio do Estado, resultando em uma paisagem marcada pela ausência de benefícios urbanísticos.

Madureira, por já ser considerado um subcentro da cidade do Rio de Janeiro na década de 1930, foi penalizada de forma mais amena pela ação desigual do Estado, como relatado por Duarte (2005). Entretanto, note-se que quase a totalidade dos equipamentos listados por este último autor é privada, o que ratifica a afirmação de Abreu (2008) quanto à ação do Estado destacada no parágrafo acima.

A consolidação da centralidade de Madureira no contexto do subúrbio carioca associa-se ao aumento da acessibilidade proporcionada pela

eletrificação da linha férrea em 1937, que resultou na diminuição do tempo-distância; a ocupação da Baixada Fluminense por uma população predominantemente de baixa renda, criando um mercado consumidor capaz de estimular o desenvolvimento das atividades terciárias no referido bairro.

Outro elemento crucial para a centralidade do bairro neste período foi o estabelecimento do Mercado Municipal de Comercialização de produtos agrícolas¹⁷, importante elemento catalisador de Madureira, cujo estabelecimento próximo a linha ferroviária auxiliar (Estação de Magno) pode ser explicado pela produção hortifrutigranjeira (DUARTE, 2005, P. 209) existente em diversas chácaras ao longo do terreno ocupado pelas torres de transmissão da Light (Empresa de energia elétrica. Como veremos com mais detalhes no próximo capítulo deste trabalho, a construção do Parque de Madureira provocou impactos sobre estas moradias.

Este último fator marcou uma das características mais marcantes do comércio do bairro, vinculada ao conteúdo social da área por ele servida, ou seja, seu caráter de mercado popular, o que se estende até os dias atuais.

Todos estes fatores foram fundamentais para que a pretérita centralidade de Cascadura- Campinho fosse gradativamente deslocada para Madureira-Magno, sendo a segunda localidade absorvida pela primeira, de modo que apenas denomina os arredores, mas é considerada uma estação dentro de Madureira (DUARTE, 2005, p. 209)

Este destaque do bairro de Madureira já nos anos 1930 deve ser entendido, porém, sob uma ótica abrangente, que considere e explique a expansão urbana do Rio de Janeiro neste período.

17 Inaugurado em 1914 no mandato de Bento Ribeiro e transferido para a Avenida Edgard Romero em 1916, localizando-se onde hoje está o G.R.E.S Império Serrano. Em 1959 foi reinaugurado pelo então presidente Juscelino Kubistcheck no atual endereço também nesta avenida. Destruído por um incêndio no ano 2000, o Mercadão foi reconstruído a partir de um esforço coletivo e hoje representa um ícone de identificação cultural do bairro e uma referencia comercial, atraindo consumidores de toda a cidade ((Fraiha & Lobo, 1998, p. 48-49; Duarte, 2005, p. 209))

Neste contexto, a Revolução de 1930, que marcou a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, deu ímpeto à industrialização substitutiva de exportações e iniciou a penetração maciça do capital estrangeiro na economia do país, consolidando o papel de destaque da burguesia industrial em associação com a burguesia financeira.

A evolução do espaço urbano carioca respondeu de modo contraditório a estas transformações, pois a acumulação de capital exigia que a mão-de-obra residisse próximo aos principais postos de trabalho (indústrias, serviços), enquanto a estratificação social da cidade baseava-se na dicotomia zona sul (classes altas e médias) x subúrbio/ periferia (classes baixas).

O crescimento populacional da cidade, no período, sobretudo, para atender a demanda da industrialização alimentou-se em grande parte através do êxodo rural, sobretudo do nordeste, provocou a expansão dos subúrbios e periferias. No entanto, o aumento das distâncias entre local de trabalho e residência, exigindo deslocamentos cada vez maiores da força de trabalho, não foi acompanhado de melhoria do transporte coletivo de massa, principalmente do ferroviário (ABREU, 2008, p. 94).

Em 1930, os subúrbios já estavam expressivamente ocupados ou mantidos como reserva de valor e a população pobre somente poderia estabelecer-se em longínquas periferias ou em áreas que apresentassem dificuldades para a promoção imobiliária, como morros íngremes, mangues ou margens inundáveis de rios.

Esta década também modifica o padrão de localização industrial e o Estado passa a intervir para incentivar a ocupação das indústrias nas áreas suburbanas de modo a excluir as áreas mais valorizadas da zona industrial da cidade. Neste contexto, destacam-se como zonas industriais os bairros de São Cristóvão, Jacarezinho, Bonsucesso, Bangu (ABREU, 2008, p. 103).

O processo de crescimento demográfico e industrial dos subúrbios da cidade do Rio de Janeiro a partir da década de 1930 relaciona-se, sob um ponto de vista mais amplo, à industrialização do país. A partir de 1930, sob a

gestão de Getúlio Vargas¹⁸, o Estado amplia o apoio às atividades manufatureiras, o que modifica o padrão de localização industrial e redireciona o crescimento suburbano para as áreas servidas pelas ferrovias Leopoldina, Rio D'Ouro e Linha Auxiliar e, também, posteriormente, junto à Avenida Brasil¹⁹.

A fábrica de biscoitos Piraquê, por exemplo, inaugurada na década de 1950, na região hoje denominada de Turiaçu, proporcionou grande impulso ao bairro de Madureira (FRAIHA & LOBO, 1998, p.42).

Bernardes (1990, p. 100) considera os subúrbios da cidade do Rio de Janeiro como um caso emblemático de expansão do espaço urbano e atribui a devida importância às linhas férreas, que evitaram a baixada e a montanha, percorrendo as zonas de colinas que medeiam entre ambas.

O desenvolvimento dos transportes rodoviários proporcionou a ocupação no interior dos bairros suburbanos, formando um verdadeiro emaranhado de ruas, sem nenhum planejamento de conjunto (BERNARDES, 1990, p. 103)

O incremento da população nos subúrbios neste contexto refletiu no próprio adensamento populacional do bairro de Madureira. Deixando para trás a vocação rural, o bairro iniciou intenso processo de urbanização entre as décadas de 1920 e 1950, reduzindo-se significativamente a proporção de pessoas ocupadas em atividades agropecuárias nesse período. De acordo com o Censo Demográfico de 1940, apenas 1,22% da população economicamente ativa trabalhava em atividades agrícolas ou extrativas em 1940, número reduzido para 0,92% na década de 1950 (ABREU, 2008, p. 97/98).

Em 1962, Madureira tornou-se a 15ª Região Administrativa da cidade do Rio de Janeiro, englobando os bairros vizinhos de Marechal Hermes, Bento

18 Presidente do Brasil entre 1930 e 1945 e depois, entre 1951 e 1954.

19 Inaugurada em 1946, construída sob aterro, a partir de uma associação Estado- Indústria.

Ribeiro, Honório Gurgel, Rocha Miranda, Vaz Lobo, Turiaçu, Cascadura, Quintino Bocaiúva, Engenheiro Leal, Cavalcanti, Oswaldo Cruz e Campinho.

Na década de 1970, Madureira desabrochava como importante centro comercial. O famoso calçadão era disputado por comerciantes e compradores. Mas, apesar das enormes vantagens oferecidas pela região, multiplicavam-se também os problemas com os legendários engarrafamentos. Nesta época, o bairro já contava com lojas sofisticadas entre as estações de Madureira e Magno e a maior parte das residências foi refuncionalizada, tornando-se estabelecimentos comerciais. Alguns deles, como o Polo 1 ou o Tem Tudo, tornaram-se pontos de encontros de jovens e tiveram seu auge nos anos 1980/ 1990, quando cinemas de ruas davam fôlego à vida noturna (FRAIHA & LOBO, 1998, p. 60).

Esta evolução histórica do bairro fez de Madureira um importante subcentro da cidade do Rio de Janeiro, nas palavras de Soares (1990, p. 128) o ponto de apoio para o preenchimento da área suburbana atual. Para a autora, os subcentros se desenvolvem com o extraordinário alongamento das distâncias na metrópole do Rio de Janeiro. Assim, áreas em expansão precisam de um apoio próximo para atendimento das necessidades, a partir de áreas mais povoadas e mais bem equipadas próximas.

A importância do bairro é ainda possibilitada pela grande quantidade de transportes públicos que o servem, conforme estudos de Duarte (2005), a partir de uma infinidade de conexões estabelecidas com diversos bairros da cidade, o que o torna acessível. Os registros deste último autor indicam, sobretudo, a primazia do transporte coletivo rodoviário para fazer de Madureira um bairro central.

Em suma, o bairro de Madureira hoje se destaca por abrigar um dos principais centros de comércio e serviços da Região Metropolitana e polarizar uma grande região habitada por uma população predominantemente de baixa renda. No entanto, apesar de sua importância na vida cotidiana de usuários provenientes de Bangu, Jacarepaguá, Nova Iguaçu e regiões do subúrbio, a área central de Madureira é um espaço compartimentado, com

problemas de circulação de veículos e pedestres, carência de creches, áreas de lazer e arborização, dentre outros. (VIEIRA, 2008, p. 153).

Em função destas últimas características típicas do subúrbio carioca (embora ele não seja homogêneo), a implantação do Parque de Madureira pretende ser uma importante área de lazer para os moradores locais, atualmente com escassas opções para tais atividades.

A implantação deste equipamento caracteriza-se como algo marcante para o bairro, sobretudo pelos impactos habitacionais que o mesmo vem ocasionando.

O empreendimento impacta a situação atual das moradias do bairro de diversas formas, entre as principais, podemos destacar a remoção de moradores da Comunidade Vila das Torres, localizada no bairro e removida parcialmente (até o momento²⁰) para a implantação do projeto e através da valorização dos imóveis do bairro, o que tende a atrair moradores mais favorecidos economicamente e expulsar os mais pobres, impossibilitados de arcar com custos mais altos de aluguéis, impostos (como o IPTU- Imposto Predial e Territorial Urbano) e taxas.

Assim, o próximo capítulo desta monografia pretende descrever com mais detalhes os impactos sobre as moradias do bairro de Madureira provocados pela implantação do referido parque.

20 março de 2012.

3. PARQUE DE MADUREIRA E IMPACTOS HABITACIONAIS.

3.1 O PROCESSO DE DESAPROPRIAÇÃO/ REMOÇÃO DE MORADORES PARA A CONSTRUÇÃO DO PARQUE DE MADUREIRA.

Este capítulo pretende registrar os impactos habitacionais causados pela implantação do Parque de Madureira. Entende-se aqui que a implantação de um parque urbano, como qualquer empreendimento desta magnitude, apresenta conseqüências positivas e negativas para o entorno.

Desse modo, para uma análise abrangente da implantação do empreendimento, torna-se necessário abordar o processo de desapropriação e realocação dos moradores localizados no futuro Parque de Madureira.

O capítulo anterior deste trabalho introduziu o contexto local do empreendimento, por isso, sabe-se que a implantação do empreendimento impactará diretamente a favela Vila das Torres, localizada no bairro de Madureira, adjacente à linha ferroviária auxiliar (ramal Belford Roxo) e a horta urbana localizada junto à favela e em boa parte nos terrenos de transmissão de energia da Light (Empresa de Energia Elétrica).

De acordo com a Secretaria Municipal de Habitação (SMH – Rio), 897 domicílios precisaram ser desapropriados (entre os moradores da favela Vila das Torres e do terreno de transmissão de energia da Light) para a implantação do parque. Deste total, 264 foram realocados pelo Programa Minha Casa, Minha Vida (no Ipê Branco, em Realengo), os demais, indenizados pela prefeitura.

O projeto foi apresentado aos moradores da favela Vila das Torres em dezembro de 2009. Segundo a associação de moradores da favela²¹, na ocasião, havia um projeto de construção de 540 apartamentos junto ao parque e o prefeito garantiu que os moradores não precisariam sair de Madureira.

No entanto, em maio de 2010, segundo a mesma fonte, os moradores começaram a ser chamados para negociar sua saída do local e no dia 28 de maio do mesmo começaram as remoções. No mesmo mês, a prefeitura ofereceu 290 apartamentos em Realengo, no Ipê Branco, onde os moradores pagariam apenas água e luz. A então associação de moradores indica que neste mesmo mês a prefeitura ofereceu 50 senhas para realocar moradores de casas pequenas para Realengo.

O processo de negociação com os moradores a partir de então foi marcado por polêmica: de um lado, a resistência dos moradores para evitar a remoção ou (quando perceberam que a mesma era inevitável) aumentar suas indenizações ou ainda, evitar a realocação longe do bairro; de outro, o poder público municipal buscando convencer os moradores de que a saída dos mesmos seria por uma boa causa, “pelo progresso”.

Neste sentido, a idéia de sustentabilidade certamente foi intensivamente utilizada neste convencimento. Em trabalho de campo no local das desapropriações, o autor desta monografia, em contato com os moradores, escutou que as remoções seriam “pelo progresso” que estaria chegando à Madureira, um bairro “que precisa de mais árvores”. Conforme destacamos no capítulo anterior, a sustentabilidade no contexto atual legitima as práticas urbanas. Uma das maneiras como isto ocorre é a partir do convencimento dos prejudicados pelos projetos que clamam por ser implementados pelo poder público.

O convencimento representa, para Gramsci, um dos instrumentos para que a classe ou grupo dominante da sociedade capitalista exerça seu domínio, sendo este não apenas capaz de impor esse domínio, mas também fazer os demais grupos

21 A entrevista com o então presidente da Associação de Moradores da favela Vila das Torres está registrada no site Fazendo Média: <http://www.fazendomedia.com/parque-de-madureira-e-criticado-por-associacao-de-moradores/>. Último acesso em 18 de março de 2012.

sociais aceitarem- o como legítimo. A hegemonia resulta, portanto, da capacidade dos grupos dominantes da sociedade de obter e manter seu poder sobre a sociedade pelo controle que mantêm sobre os meios de produção econômicos, assim como sobre os instrumentos de repressão e ainda (principalmente) pela capacidade de produzir e organizar o consenso e a direção política, intelectual e moral dessa sociedade. Hegemonia, para Gramsci, significa, ao mesmo tempo, a direção político- ideológica da sociedade civil, como também a combinação de força e consenso para obter o controle social (ACANDA, 2004, p.177/178).

Apesar do poder de persuasão das representações da natureza no contexto urbano, tornando incongruente as oposições aos parques urbanos (“podemos ser contra a natureza?” - SERPA, 2009, p. 61), é possível identificar resistências contra a implantação do Parque de Madureira, como o trecho registrado abaixo²²ⁱ, de um morador atingido pelo empreendimento:

“Eu mesmo pinteí a casa de madrugada, construí ela porque não tinha dinheiro para pagar. Agora que temos todos os cômodos e tudo que sonhamos querem derrubar a casa. Eu não quero R\$ 50 mil, não quero o valor, só quero a minha casa. Não se rendam!”.R.L.29 anos, morador atingido pelo empreendimento Parque de Madureira.

Deve-se registrar, entretanto, que as desapropriações não ocorreram sem resistência. Os moradores da favela Vila das Torres organizaram-se junto à Defensoria Pública e o Conselho Popular²³ para fazer cumprir a Lei Orgânica 429 do

22 Disponível em: <http://www.fazendomedia.com/parque-de-madureira-deve-ser-entregue-em-2011-mas-moradores-criticam-o-projeto/>. Último acesso em 24/03/2012.

23 O Conselho popular tem sua racionalidade e objetivos inspirados na transcendência dos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da cidadania e no exercício direto da democracia, todos concebidos como princípios fundamentais no art. 1º da Constituição Federal. Inspira-se, enfim, visando a garanti-lo às comunidades despossuídas e historicamente excluídas das riquezas sociais, no direito à moradia, previsto como

Município do Rio de Janeiro, que garante “assentamento em localidades próximas dos locais da moradia ou do trabalho, se necessário o remanejamento”, realizaram passeatas, diversas reuniões e instaurou-se um embate de forças contra o Estado.

É necessário registrar aqui as denúncias dos moradores quanto ao modo de desapropriação realizado pelo Estado. Segundo Eraldo de Oliveira Rosa, então presidente da Associação de Moradores de Vila das Torres, os critérios de avaliação do preço dos imóveis não são muito claros e a prefeitura não forneceu opção para os moradores dos imóveis de menor valor:

“Eles estão negociando individualmente com as pessoas na Secretaria de Habitação. Passam numa triagem, pela assistência social, que na verdade ela mesma dá o valor pela casa. Eles fotografaram as casas, marcaram, mediram, só que na hora dos pagamentos não estão respeitando essas medidas. Tem casa que a pessoa chega lá e não está com a medida correta, a pessoa não vê nem o desenho. E o apartamento em Realengo é uma opção deles, não do morador. Se a casa estiver avaliada abaixo de 30 mil, já dizem que o cara tem direito a um apartamento ou vai perder”. (Depoimento de Eraldo de Oliveira Rosa, então presidente da Associação de Moradores de Vila das Torres, Madureira)²⁴.

necessidade ética no art. 6º, também da Constituição Federal. Quer assegurar, ao lado da tradicional e hoje em crise representação até para renová-la permanentemente, a presentatividade do povo, e resgatar a natureza libertária da posse para compreendê-la além dos limites formais e escravistas do jurisdicismo. Fonte: <http://conselhpopular.wordpress.com/sobre/>

24 Depoimento disponível em: <http://www.fazendomedia.com/parque-de-madureira-e-criticado-por-associacao-de-moradores/>. Último acesso em 18 de março de 2012.

As resistências dos moradores encontram amparo na identidade territorial desenvolvida no local, onde muitos moram há décadas e desenvolvem a atividade agrícola na horta urbana mencionada.

De acordo com Haesbaert (1999, p. 172) apud Chelotti (2010, p. 173) conseguir referência:

“identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das idéias quanto no da realidade concreta, o espaço geográfico constituindo assim parte fundamental dos processos de identificação social. [...] De forma muito genérica podemos afirmar que não há território sem algum tipo de identificação e valoração simbólica (positiva ou negativa) do espaço pelos seus habitantes”.

Alguns moradores de Vila das Torres expressam esta identificação com o espaço em que vivem e argumentam de modo a enfatizar a importância que a permanência no local teria para eles. De acordo com o então presidente da Associação de Moradores da favela, “todos os que trabalham na horta dependem dela, eles só sabem fazer isso há mais de 40 anos, se tirar eu não sei o que eles vão fazer não”²⁵.

O conflito decorrente da implantação do Parque de Madureira não representa algo singular em empreendimentos urbanísticos deste formato. Para Tângari et al (2009, p. 25), os conflitos sócio-ambientais verificados nas cidades brasileiras são decorrentes das ideologias, práticas e ausências que orientam a organização da nossa sociedade e se expressam fortemente nos espaços livres públicos.

Os conflitos, no entanto, têm sua origem na acelerada expansão urbana acompanhada da ausência de políticas sociais estruturais, premissas do modelo de

²⁵Relato disponível em: <http://www.fazendomedia.com/parque-de-madureira-e-criticado-por-associao-de-moradores/>. Último acesso em 18/03/2012.

desenvolvimento econômico adotado no país (MARICATO, 2001 apud Tângari, 2009, p. 22) e numa política habitacional adotada em âmbito nacional que priorizou o retorno financeiro dos investimentos, proporcionando acesso restrito da população de baixa renda ao mercado privado. A inserção da temática ambiental no âmbito das políticas públicas governamentais, iniciada na década de 1970 expôs a pressão por habitação nas metrópoles brasileiras e conflito com a destinação dos espaços livres.

Trata-se, então, de um embate de racionalidades distintas (COSTA, 2008, p. 85), entre aqueles que pretendem regularização fundiária e os que pretendem preservar o espaço para maior qualidade ambiental, nesse caso.

A solução colocada pelo Estado, entretanto, ignora as territorialidades constituídas sobre este espaço social há décadas e impõe seu poder coator, sua ordem superior para findar a trilha histórica ali materializada espacialmente (COSTA & REGO, 2009, p. 2).

O conceito de “gosto”, de Pierre Bordieu, nos fornece um importante elemento de reflexão para o caso estudado. Para Bordieu, o gosto é socialmente produzido para que haja distinção entre as classes, ou seja, as maneiras de se relacionar com as práticas da cultura destes sujeitos estão fundamentalmente marcadas pelas trajetórias sociais e pelas experiências vividas por cada um deles (SETTON, 2010).

Assim, as práticas culturais são determinadas em grande parte pela trajetória educativa e pela socialização dos grupos, o que é ambientado na família, na escola, não sendo fruto de uma sensibilidade inata dos sujeitos sociais.

A família e a escola representam, portanto, instituições responsáveis por nossas competências culturais ou gostos culturais, o que ocorre desde a infância (SETTON, 2010).

Assim, percebe-se, relacionando os conceitos ao objeto estudado, uma divergência de “gostos” entre os planejadores e a população local, diretamente afetada pelo projeto Parque de Madureira. Pessoas acostumadas a vida inteira a trabalhar na horta existente no local, que será praticamente toda eliminada pela construção do parque.

“Plantamos quase todos os tipos de verduras nacionais e ervas medicinal, uma faixa de 1.200 a 1.600 ervas medicinais nesse trecho da Vila das Torres. Tudo é orgânico, alguns vendem no mercadão de Madureira e outros em determinados bairros da cidade. A safra varia do tamanho da plantação e da quantidade de produção que a pessoa vende por dia. O prefeito disse que somos um lixão ambulante numa matéria do O Dia online, e isso aqui não é um depósito de lixo: é uma área cultivada, plantada, tratada, irrigada, e tem vários trabalhadores que podem estar testemunhando sobre esse caso”. (Egídio, agricultor de 45 anos em entrevista ao site *Fazendo Média*²⁶).

É fundamental neste trabalho registrar as alterações nos modos de vida das pessoas removidas. Para isso, utilizou-se como base o vídeo “*Realengo, aquele desabafo*”²⁷ produzido pelo Observatório das Metrópoles²⁸ (IPPUR/ UFRJ) sob a coordenação do professor Aduino Cardoso (professor e pesquisador do IPPUR/ UFRJ), Além de resultados do projeto de pesquisa²⁹ divulgado em pôster orientado

26 Fazendo Média: a Média que a mídia faz. Parque Madureira deve ser entregue em 2011, mas moradores criticam o projeto. Disponível em: <http://www.fazendomedia.com/parque-de-madureira-deve-ser-entregue-em-2011-mas-moradores-criticam-o-projeto/>. Último acesso: 24 de março de 2012.

27 Vídeo disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=ZoBJzrACZ3c>

28 <http://www.observatoriodasmetrolopes.net/>

pelo mesmo professor na Semana PUR 2011 (28 de novembro a 2 de dezembro de 2011).

Estes trabalhos representam uma aproximação com os moradores reassentados nos Ipês do bairro de Realengo, através do programa do governo federal Minha Casa, Minha Vida e constataram a satisfação/ insatisfação dos mesmos com a nova moradia, os obstáculos, desafios, o processo de adaptação destes moradores nos Ipês.

Em dados sistematizados do projeto de pesquisa especificado acima, constatou-se a partir de entrevistas que 34% dos realocados nos Ipês de Realengo ficaram desempregados após a mudança e 63% deles preferiam o domicílio anterior.

Torna-se necessário anotar que estes dados não são apenas dos moradores removidos de Vila das Torres, mas também de outras favelas da cidade do Rio de Janeiro, como o Morro do Urubu (ocupantes do Ipê Amarelo), vitimada pelas chuvas de abril de 2010 que assolaram a cidade e outras favelas, localizadas em Copacabana, Rocha Miranda e Olaria. No entanto, os dados acima são importantes para ilustrar os impactos resultantes da implantação de empreendimentos urbanísticos na cidade, como o Parque de Madureira e refletir o reassentamento habitacional via do Programa Minha Casa, Minha Vida.

O vídeo *“Realengo, aquele desabafo”* ilustra através de relatos dos removidos, os impactos provenientes do reassentamento nos Ipês de Realengo.

O bairro de Realengo, localizado na zona oeste da cidade, dista quinze quilômetros do bairro de Madureira. Este último marca-se, como vimos no capítulo 1, marca-se pelo dinamismo comercial. Realengo, um bairro com perfil

29 Entre a política e o mercado: desigualdades, exclusão social e produção da moradia popular na Região Metropolitana do Rio de Janeiro

mais residencial, tem como subcentro comercial mais próximo o bairro de Campo Grande, também na zona oeste da cidade.

Isto pode explicar os depoimentos registrados abaixo: de Ana Luiza Matias:

“Eu não agüento mais, porque eu boto o currículo nessa Avenida Brasil toda e ninguém chama. Se fosse Madureira, a Páscoa está chegando, Mercado dá vaga” (Ana Luiza Matias, moradora remanejada de Madureira para o conjunto habitacional Vivendas do Ipê Branco, em Realengo).

“Eu preferia mil vezes que deixassem a gente lá no barraco, que deixassem a gente construir lá do que mandar para cá” (Rosimar Matias, moradora remanejada de Madureira para o conjunto habitacional Vivendas do Ipê Branco, em Realengo).

“não é questão da casa ser ruim, mas não é só a casa, a população não vive só de casa, tem de ter um meio de sustento” (Rosimar Matias moradora remanejada de Madureira para o conjunto habitacional Vivendas do Ipê Branco, em Realengo).

A família remanejada de Vila das Torres e entrevistada no referido vídeo, Rosemar e Ana Luiza Matias não conseguiu emprego após a mudança para Realengo e utiliza a casa como comércio, vendendo balas, doces e biscoitos.

Entende-se que este caso não abarca a opinião de todos os moradores remanejados de Vila das Torres para o Ipê Branco para a implantação do Parque de Madureira. No entanto, considerando que a maior parte dos mesmos não está satisfeita com o reassentamento, de acordo com o levantamento consultado

(AMORIM & CARDOSO, 2011), elegi-a para ilustrar os impactos habitacionais provocados pelo empreendimento.

É possível pensar, então, a partir do caso retratado, a periferização da população pobre a partir do reassentamento habitacional do Programa Minha Casa, Minha Vida, o que diminui suas possibilidades de obter emprego e ascender socialmente.

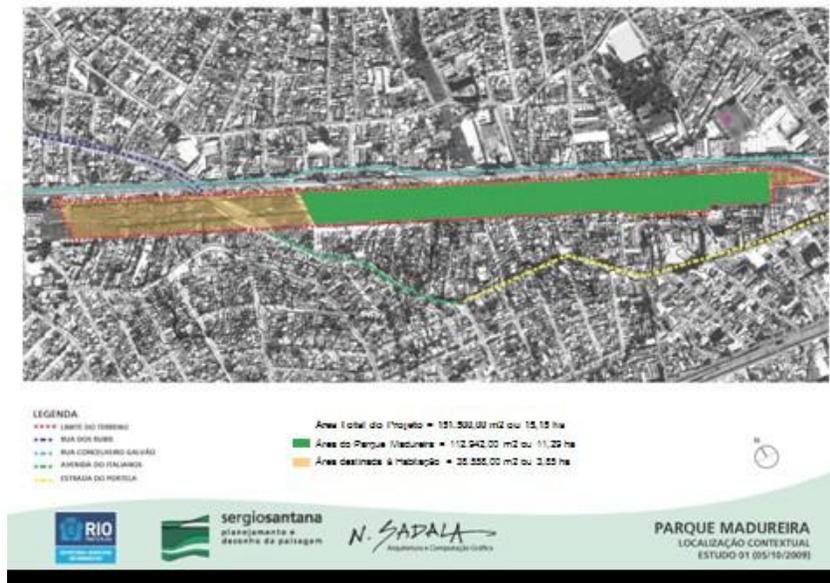
A implantação do projeto urbanístico estudado, com o reassentamento realizado do modo descrito, então, contribuiu para ampliar as desigualdades quanto à situação espacial de moradia. Isto, associado a valorização do bairro de Madureira com empreendimento e a “expulsão” indireta de outros moradores que podem não conseguir arcar com o aumento de impostos ou aluguéis são emblemáticos dos impactos habitacionais do projeto, cujas dicas foram dadas por Serpa (2009) em seus estudos de caso da implantação de parques públicos na Bahia e na França.

3.2 PARQUE DE MADUREIRA E VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA: ALGUNS APONTAMENTOS.

Problematizar a valorização imobiliária promovida pela implantação do Parque de Madureira requer uma consideração inicial sobre as características centrais do projeto.

Segundo informações da Secretaria Municipal de Urbanismo, o projeto prevê a construção de casas ao redor do parque, conforme ilustração abaixo:

Figura 4- Delimitação da área destinada à habitação no projeto do Parque de Madureira.

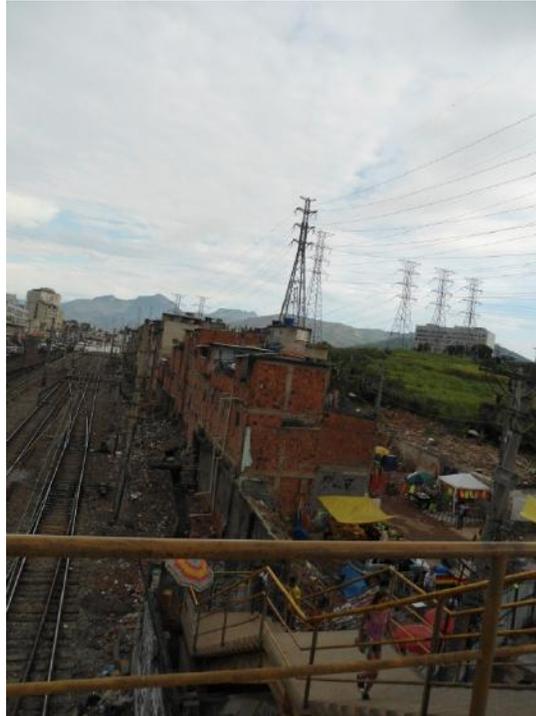


Fonte: Secretaria Municipal de Urbanismo.

De acordo com a figura acima, temos que o projeto do parque ocupará 15,15 hectares (15150000 metros quadrados). Destes, um total de 3,85 hectares (3855800 metros quadrados), ou seja, aproximadamente 25% da área do projeto destinam-se para habitação (toda a área representada em amarelo na figura acima).

Torna-se interessante observar que a área amarela marcada à esquerda na figura destinar-se-á à construção de prédios a partir de empreiteiras imobiliárias e apenas a área em amarelo marcada a direita da figura representa o que irá sobrar da favela Vila das Torres (figura 5), quase inteiramente removida para a implantação do projeto.

Figura 5- Favela Vila das Torres remanescente.



Fonte: trabalho de campo. 24/03/2012.

A superioridade da área à esquerda, destinada a prédios para a classe média em relação à área remanescente da favela Vila das Torres ilustra a quase exclusão dos moradores mais pobres do projeto Parque de Madureira.

As mesmas pessoas que construíram sua história há décadas no bairro não poderão, em sua maioria, desfrutar dos benefícios da construção de um parque público na região.

Egler (2005, p. 20) faz uma crítica aos projetos de arquitetura contemporâneos, que poderia ser apropriada para o caso estudado:

“A leitura dos projetos de arquitetura revela a ausência da comunidade local, ignora a reprodução da vida cotidiana, no contínuo processo de reconstituição das relações anteriores. A renovação dos lugares aniquila a história das pessoas que dão origem ao lugar” (Egler, 2005, p.20)

Além de o próprio projeto associar-se à valorização imobiliária, é possível prever os impactos de valorização dos outros imóveis do bairro pela construção do Parque de Madureira. Este anúncio³⁰, coletado na Internet ilustra a apropriação deste empreendimento por proprietários de imóveis no bairro de Madureira:

“Casa de 240 m2, 5 quartos, 4 banheiros, com antiguidade de 20 a 30 anos, situado em Madureira. Casa Duplex finamente decorada em Madureira. Excelente para família grande ou duas famílias. Com 5 quartos, 4 banheiros, piscina, banheira hidromassagem, terraço com vista linda em 360°, quintal amplo, 3 vagas de garagem, rua tranquila e muito segura, muito espaço interno, cozinha moderna e arejada, varanda com esquadrias e vidro fumê, churrasqueira. Fica a 20 minutos a pé e a 10 minutos de carro do centro de Madureira. Bairro que abrigará o 3º maior parque público do município, com área de 112.942 mil m2, perdendo apenas para o Parque do Flamengo e Quinta da Boavista. Um oásis verde na Zona Norte. Chegada da Via-Light, da Transcarioca e muito mais vão devolver ao bairro o status de meninas dos olhos da região. Uma casa ótima pra morar e um investimento que se valoriza a cada dia.. Preço: R\$ 650.000.

O discurso oficial do Estado, ressaltando os aspectos positivos da construção deste parque, juntamente com a publicidade realizada pela mídia, que pode ser ilustrada pela reportagem “Parque é Ouro para Madureira” (O Dia Online, 09 de novembro de 2009) reforçam a valorização imobiliária a ser

30 Disponível em: http://www.balcao.com./anuncio-imoveis-casa_monumental_em_madureira-rio_de_janeiro-det-5566200.aspx. Último acesso em 20 de novembro de 2011.

promovida pelo empreendimento. De acordo com corretores de imóveis, tal valorização deverá variar de 20% a 30% nos imóveis localizados no bairro:

“A partir do momento que as pessoas têm à sua disposição uma área livre para lazer, isso tem um impacto direto no valor do imóvel que fica próximo ao lugar de recreação. Se isso for um espaço público, as pessoas vão querer morar perto”. Maria Lúcia Almeida, corretora de imóveis em entrevista concedida à O Dia Online, 09 de novembro de 2009.

A valorização imobiliária que deverá haver no bairro certamente terá conseqüências sobre sua situação habitacional, pois é esperado que a valorização dos imóveis represente aumento de gastos, inclusive com os impostos dos imóveis, podendo tornar inviável a manutenção de determinados grupos sociais no local.

Embora as características positivas dos parques urbanos sejam ressaltadas nos discursos oficiais, observa-se que se trata de uma não-escolha, “imposta de cima para baixo para o bem de todos os habitantes” (SERPA, 2009, p.62), escondendo-se por trás destas virtudes, as estratégias de valorização do solo urbano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar a implantação de um empreendimento urbanístico é uma atividade de extrema complexidade. É preciso analisar a atuação do Estado, não apenas na escala local, mas também captar suas influências do modelo de gestão contemporânea da cidade capitalista. É necessário dimensionar os impactos (no caso desta monografia, houve um enfoque nos habitacionais) do mesmo para a população local, o que exige que se compreenda minimamente sua inserção no contexto da cidade e sua evolução urbanística.

Neste sentido, houve um esforço para analisar a implantação do Parque de Madureira e suas múltiplas repercussões na vida dos moradores e no contexto do bairro.

No entanto, a realização desta monografia durante a implantação do projeto não nos permite captar a consolidação das transformações registradas neste espaço. Espera-se ter sido uma contribuição inicial para que este espaço continue sendo estudado continuamente. O momento certamente é rico pelas diversas transformações ocorridas neste espaço que rompem com o histórico do local, no entanto, as limitações de tempo não permitiram o registro aqui da concretização do projeto.

Isto significa que esta pesquisa não está acabada e há elementos que podem e devem ser pesquisados após a consolidação do projeto, como as transformações na paisagem do bairro, a constatação da valorização imobiliária no entorno do bairro, elemento apenas apontado neste trabalho ou a apropriação do Parque de Madureira pelos moradores do entorno, que poderá, ou não, ocorrer conforme o previsto pelo poder público, conforme os exemplos relatados por Serpa (2009) de parques públicos que tiveram apropriações imprevisíveis por moradores das adjacências na Bahia e na França.

Assim, este trabalho proporcionou a oportunidade de visualizar a dimensão dos impactos causados pela implantação de um empreendimento urbanístico, não apenas no espaço como na vida das pessoas e revela o embate de forças que permeia os projetos urbanos, um embate de racionalidades diferenciadas, de “gostos” (nas palavras de Bordieu) distintos.

Outra contribuição pretendida neste trabalho foi a de criticar formas de reassentamento que pune a população mais pobre com a periferização. A realocação dos moradores removidos de Vila das Torres para um bairro localizado a mais de dez quilômetros de distância no sentido periférico e menos dinâmico quanto à possibilidade de inserção no mercado de trabalho, enquanto a maior parte da área destinada à habitação no projeto do Parque de Madureira destina-se para outro perfil de moradores. Entende-se que esta intervenção no território amplia as desigualdades sociais e a segregação socioespacial em um projeto que pretende dotar um bairro de subúrbio de equipamentos de amenidades, como árvores e áreas de lazer, fato revelador, por si somente, da contrariedade e complexidade do empreendimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maurício de Almeida. Evolução Urbana no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, IPP, 2008.

ACANDA, Jorge Luiz. Sociedade Civil e Hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

ACSELRAD, Henri. Desregulamentação, Contradições Espaciais e Sustentabilidade Urbana. Curitiba: Revista Paranaense de Desenvolvimento. Julho/ Dezembro, 2004, pp. 25-38.

.Discursos da Sustentabilidade Urbana. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, ANPUR, ano 1, nº1, 1999, p. 79-90.

AMORIM, Tomás Pires & CARDOSO, Adauto. Reassentamento via Programa Minha Casa, Minha Vida. Pôster Semana PUR 2011, IPPUR/ UFRJ, 2011.

BERNARDES, L.M.C; SOARES, M.T.de S. Rio de Janeiro: Cidade e Região. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1990.

CHELOTTI, Marcelo Cervo. Reterritorialização e Identidade Territorial. Sociedade e Natureza. Uberlândia, v. 22, pp. 165-180, 2010.

CORRÊA, Roberto Lobato. Trajetórias Geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

COSTA Heloisa soares. A trajetória da temática ambiental no planejamento urbano no Brasil: o encontro de racionalidades distintas. In COSTA, Geraldo Magela; MENDONÇA, Jupira Gomes. Planejamento Urbano no Brasil: trajetória, avanços e perspectivas. Belo Horizonte: C/Arte, 2008 (PP. 80-92).

COSTA, Victor Lima da & REGO, Luiz Felipe Guanaes. As Hortas Urbanas de Madureira e Honório Gurgel: uma primeira aproximação. Disponível em: http://www.pucRio.br/pibic/relatorio_resumo2008/relatorios/ccs/geo/geo_vit_or_lima_costa.pdf. Último acesso em 07 de dezembro de 2010.

DUARTE, Haidine da Silva Barros. A cidade do Rio de Janeiro: descentralização das atividades terciárias. Os centros funcionais. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, v. 36, n.1, pp. 53-98, 1974.

DUARTE, Ronaldo Goulart. Madureira sob a ótica dos transportes públicos e da acessibilidade: uma contribuição para a geografia histórica do espaço suburbano carioca In ABREU, Maurício de Almeida (org). Rio de Janeiro: formas, movimentos, representações. Rio de Janeiro: Da Fonseca Comunicação, 2005. (pp. 202- 226).

EGLER, Tamara. Políticas Globais e Resistência Social na Zona Portuária. Anais do XI Encontro Nacional da Anpur, Salvador, 2005.

FRAIHA, Silvia & LOBO, Tiza. Bairros do Rio: Madureira e Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1998.

HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. Espaço & Debates. Cidades: estratégias gerenciais, v.16, n. 39, 1996 (PP. 78- 64).

LIMONAD, Ester. A Natureza da “Ambientalização” do Discurso do Planejamento. Barcelona: Scripta Nova, nº 14, 2010, p.1-10.

SANCHEZ, Fernanda. A reinvenção das cidades para um mercado mundial (2ª edição). Chapecó, Argos, 2010.

SANTOS, Milton. *Espaço e Método*. São Paulo: Nobel, 1985.

SERPA, Ângelo. O espaço público na cidade contemporânea. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. Pierre Bourdieu e a Produção do Gosto. Palestra Proferida na ESPM no dia 14 de abril de 2010.

SOARES, Maria Therezinha de Segadas. O conceito de bairro In Rio de Janeiro: Cidade e Região. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1990.

Tângari, Vera Regina et AL. Sistema de Espaços Livres nas Cidades Brasileiras: um debate conceitual. Rio de Janeiro: FAU/ UFRJ, 2009.

VIEIRA, Mariana Dias. A influência das atividades comerciais no sistema de espaços livres urbanos: o caso da centralidade de Madureira. Rio de Janeiro: Tese de doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU/ UFRJ), 2008.

Sites Consultados:

O DIA ONLINE <http://www.odia.com.br/cmlink/portal/im%C3%B3veis/madureira-no-caminho-da-valoriza%C3%A7%C3%A3o-1.385172>

Youtube: Vídeo “Realengo, aquele desabafo!”
<http://www.youtube.com/watch?v=ZoBJzrACZ3c>

Observatório das Metrópoles:
<http://www.observatoriodasmetrolopes.net/>

Fazendo Média. <http://www.fazendomedia.com/parque-de-madureira-deve-ser-entregue-em-2011-mas-moradores-criticam-o-projeto/>

<http://www.fazendomedia.com/parque-de-madureira-e-criticado-por-associacao-de-moradores/>. Último acesso em 18 de março de 2012.

Sérgio Santana: <http://www.sergiosantana.com.br/>

IPP Rio: http://portalgeo.rio.rj.gov.br/bairros Cariocas/index_ra.htm.

The New York Times:
http://www.nytimes.com/2012/03/05/world/americas/brazil-faces-obstacles-in-preparations-for-rio-olympics.html?_r=4&sq=rio%20de%20janeiro&st=cse&scp=2&pagewanted=all

Light: http://www.light.com.br/institutolight/eixos_atuacao/urbano.asp?mid=86879428722872287226

Conselho Popular: <http://conselhpopular.wordpress.com/sobre/>

Balcão Anúncios: http://www.balcao.com/anuncio-imoveis-casa_monumental_em_madureira-rio_de_janeiro-det-5566200.aspx

Instituições Consultadas:

Secretaria Municipal de Urbanismo do Rio de Janeiro (SMU/ Rio)

Secretaria Municipal de Habitação do Rio de Janeiro (SMH/ Rio)

